



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 17 (dezessete) dias do mês de novembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 28ª (vigésima oitava) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Foi lida e aprovada a ata da 27ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/5223/2018– Auto de Infração nº 1/201811158. RECORRENTE: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S/A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Quanto à alegação de ilegitimidade da atribuição de corresponsabilidade dos sócios da recorrente** - Afastada por voto de desempate do Presidente, sob o entendimento de que falta legitimidade à recorrente para defender direito dos seus representantes legais. Foram votos vencidos os Conselheiros Ricardo Ferreira Valente Filho (relator originário), Felipe Augusto Araújo Muniz e Mikael Pinheiro de Oliveira que se pronunciaram nos seguintes termos: “Entendemos por acolher a preliminar de ilegitimidade dos Representantes legais da empresa, haja vista que os mesmos não foram intimados pelo fiscal no momento da notificação, consequentemente quando da constituição do crédito tributário no fim do processo administrativo estes representantes serão responsabilizados judicialmente quando de uma possível execução fiscal, o que seria por demais injusto, pelo simples fato de não terem participado dos atos administrativos processuais, onde não exerceram o princípio da ampla defesa e do contraditório, fatalmente futuramente vindo a responder por essa dívida”; **2- No mérito**, por maioria de vo-

tos, a 3ª Câmara resolve dar parcial provimento ao Recurso interposto, modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN. Decisão nos termos do voto do Conselheiro relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado se manifestou em sessão pela procedência da acusação fiscal, de acordo com a decisão monocrática. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou adotando o entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Gustavo Teixeira de Oliveira. **Processo de Recurso Nº 1/5224/2018– Auto de Infração nº 1/201811152. RECORRENTE: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S/A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, após conhecer do Recurso ordinário interposto, dar-lhe provimento para não acatar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, tendo em vista que o julgador singular não enfrentou todos os argumentos de defesa indicadas pela parte, prejudicando a apreciação de matéria de mérito, ocasionando cerceamento da ampla defesa e do contraditório, por supressão de instância administrativa. Em ato contínuo, determina o **Retorno dos autos à Instância Singular** para novo julgamento, com amparo legal no art. 83 da Lei estadual nº 15.614/2014. Nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Gustavo Teixeira de Oliveira. **Processo de Recurso Nº 1/2353/2018 – Auto de Infração nº 1/201804472. RECORRENTE: MAGAZINE LUIZA S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAUJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, dar-lhe provimento para não acatar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, considerando que nem todos os argumentos da impugnação foram apreciados por ocasião do julgamento singular por violação ao dever de fundamentação e motivação do ato administrativo, ocasionando cerceamento da ampla defesa e do contraditório, por supressão de instância administrativa. Decretação de nulidade da decisão singular e consequente **Retorno do processo à instância de origem**, para que se proceda a novo julgamento, com amparo legal no art. 83 da Lei estadual nº 15.614/2014. Nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/1148/2015 – Auto de Infração nº 1/201503911. RECORRENTE: HATEC ENGENHARIA LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordi-

nário para deliberar nos seguintes termos: **1. Com relação a preliminar de nulidade sob o argumento de que o julgador singular não atendeu ao que fora decidido pela 3ª Câmara em relação ao pedido perícia, ferindo o princípio do contraditório e da ampla defesa** – Afastada por unanimidade de votos, considerando que o julgador singular analisou o pedido e o indeferiu de forma fundamentada, justificando que o mesmo fora feito de forma genérica. Ademais não se constatou qualquer circunstância em que seja inviabilizada a ampla defesa da Recorrente; **2- Quanto à alegação de inobservância aos requisitos do Termo de Conclusão e Fiscalização e, que auto de infração não atendeu aos requisitos do art. 33 do Dec. nº 25.468/99** – Afastada por unanimidade de votos, já que o processo está devidamente saneado e contém todos os elementos necessários instruído à defesa; **3- Quanto ao argumento de violação ao princípio da legalidade – fundamentação da autuação em norma infralegal** - Afastada por unanimidade de votos, pois os autos apresentam informações e documentação suficientes ao esclarecimento sobre a infração, estando os fatos descritos de maneira clara e as penalidades estão previstas em lei, não havendo, portanto, nenhum vício que possa causar cerceamento do direito de defesa ou gerar nulidade no processo; **4- Nulidade do auto de infração por entender que a metodologia utilizada pelo auditor não foi adequada ao presente caso** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que o agente do fisco utilizou metodologia válida e apresentou as provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na peça inicial; **5. Com relação ao pedido de perícia** formulado pela parte, foi afastado por unanimidade de votos, considerando que feito de forma genérica, não atendendo ao disposto no art. 93, §1º e art. 97, inciso III, da Lei nº 15.614/2014; **6. Quanto à alegação de caráter confiscatório da multa aplicada**, foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando tratar-se de matéria constitucional, sendo o presente órgão incompetente para sua análise, nos termos do art. 48, §2º, da Lei nº 15.614/2014, ressalvadas as hipóteses ali previstas; **7. No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 18 (dezoito) de novembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA